


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
7



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 7
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-774-1

DOI 10.22533/at.ed.741212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO REMOTO: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Iraneide Nascimento dos Santos

Isabela Nascimento dos Santos

Priscilla Vasconcelos Aguiar

Danielle Alessandra Souza de Holanda Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.7412127011

CAPÍTULO 2..... 12

INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CONSTANTES

Evandro Roque Rojahn

Júlio César Pinheiro do Nascimento

Roney Ricardo Cozzer

Samuel Cândido Henrique

DOI 10.22533/at.ed.7412127012

CAPÍTULO 3..... 24

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Maria da Conceição de Moura Silva

Viviani Fernanda Hojas

Renata Cristina Lopes Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7412127013

CAPÍTULO 4..... 38

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA VISÃO DE DOCENTES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Maurilio José Pereira

Adriana Leônidas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7412127014

CAPÍTULO 5..... 55

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Wanessa Costa dos Santos

Camila Braga da Conceição

Raianny Oliveira da Silva

Nágila Alves da Silva

Elizete Cambraia Oliveira

Juliene Abreu da Silva

Jucilene Márcia Rameiro de Araújo Cruz

Maria do Carmo dos Santos Silva Ramos

Tatiane da Conceição Silva

Aurineia Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7412127015

CAPÍTULO 6	64
AÇÕES EDUCADORAS ARTICULADAS EM AUTOGESTÃO: DOS VÍNCULOS AOS COLETIVOS DE UMA ESCOLA WALDORF	
Tereza de Magalhães Bredariol	
Rayanne Suim Francisco	
Alexandra Cleopatre Tsallis	
DOI 10.22533/at.ed.7412127016	
CAPÍTULO 7	76
A CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS PEDAGÓGICOS: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO EM EVIDÊNCIA PARA PROFESSORES DA CEEJA ATRAVÉS DO PICP	
Marilza Sales Costa	
Maria Luzia do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7412127017	
CAPÍTULO 8	90
GAMES EDUCATIVOS: DIFERENTES FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
Gislaine Beretta	
Tatiane Beretta	
Bruna de Oliveira Bortolini	
Juliano Bitencourt Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7412127018	
CAPÍTULO 9	103
AS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS E A (RE)ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elane Luís Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7412127019	
CAPÍTULO 10	121
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO VIGOTSKI: POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Denis Correa Ferminio	
Thaise de Oliveira	
Vidalcir Ortigara	
Vânia Vitória	
DOI 10.22533/at.ed.74121270110	
CAPÍTULO 11	132
O USO DO LÚDICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Vanessa Cordeiro Hermogenio	
Jocitiel Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.74121270111	
CAPÍTULO 12	143
A INFÂNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA LEI 9.394/1996 EM	

ALCÂNTARA – MA

Ricardo Costa de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.74121270112

CAPÍTULO 13..... 154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DA UECE NO SERTÃO DOS INHAMUNS

João Alcimo Viana Lima

DOI 10.22533/at.ed.74121270113

CAPÍTULO 14..... 166

DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vania Fernandes e Silva

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Letícia Cunha Reis

DOI 10.22533/at.ed.74121270114

CAPÍTULO 15..... 172

“VELHO” E *NOVO MAIS EDUCAÇÃO*: AJUSTES NA FUNÇÃO DA ESCOLA AFEITOS AO CAPITAL?

Saraa César Mól

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Flávia Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.74121270115

CAPÍTULO 16..... 184

PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS MEDIACIONAIS PARA FOMENTAR A QUALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE SALA DE AULA VIRTUAL

Fernanda Maria Furst Signori

Alexsandro Barreto Gois

DOI 10.22533/at.ed.74121270116

CAPÍTULO 17..... 193

SOBRE SINCRONIAS, ENCONTROS E AFETOS – O MUNDO ENQUANTO SALA DE AULA ou A SALA DE AULA É O MUNDO

Angela Zamora Cilento

DOI 10.22533/at.ed.74121270117

CAPÍTULO 18..... 209

O USO DO CINEMA EM SALA DE AULA: UM DEBATE NECESSÁRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E NO TRABALHO DOCENTE

Douglas Soares Freitas

Manoel Messias Rodrigues Lopes

Suely dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.74121270118

CAPÍTULO 19	225
LET'S SING FOR A MULTICULTURAL EDUCATION Juan Rafael Muñoz Muñoz Javier González Martín DOI 10.22533/at.ed.74121270119	
CAPÍTULO 20	235
OFICINAS DE REFLEXÃO E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS: INSTRUMENTOS DE PESQUISA NA ABORDAGEM QUALITATIVA NO ÂMBITO EDUCACIONAL Rosimeire Ferreira Diniz DOI 10.22533/at.ed.74121270120	
CAPÍTULO 21	244
RECURSOS DIDÁTICOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA Givaedina Moreira de Souza Cintia Dias de Mattos Toyoshima Maria Irene dos Anjos Souza da Silva Américo Junior Nunes da Silva Ana Maria Porto do Nascimento DOI 10.22533/at.ed.74121270121	
SOBRE O ORGANIZADOR	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

A CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS PEDAGÓGICOS: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO EM EVIDÊNCIA PARA PROFESSORES DA CEEJA ATRAVÉS DO PICP

Data de aceite: 22/01/2021

Data de submissão: 10/12/2020

Marilza Sales Costa

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/5673712805104580>

Maria Luzia do Nascimento Silva

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/8416751477038241>

RESUMO: O artigo trata da construção de cordéis pedagógicos: uma prática de extensão em evidência para professores da CEEJA implementadas pelo Programa de Iniciação e Capacitação Política de Educadores das Escolas Públicas do Município de Marabá-PA (PICP/PIBEX/Unifesspa) no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (2016), o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas e Educação de jovens e Adultos (NUPEEXPOPEJA/2017) e o Grupo de Estudos dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará-GESESULDESPA (2008). A proposta buscou analisar as políticas institucionalizadas no país ao longo da implantação e consolidação da modalidade de Ensino EJA no país, assim como articular outras temáticas, não menos importante, no cenário brasileiro, que de alguma forma influenciou as políticas públicas educacionais:

Eleições, partidos, a mulher na política e demais assuntos correlacionados ao ensino. Para tanto, inicialmente, utilizamos fontes bibliográficas para refletir sobre a política de surgimento e consolidação da modalidade de ensino (EJA) no Brasil, Estado do Pará e, particularmente, Marabá-PA através de estudos sobre a política de Educação, Leis, Resoluções e Pareceres. Paralelo a isso, realizamos mini-cursos com oficinas buscando aprimorar a prática docente no processo de ensino e aprendizagem. Uma das ações práticas extensionista desenvolvida com os sujeitos envolvidos em dada realidade, no caso, os professores da modalidade EJA e suas respectivas disciplinas. Assim, objetivando contribuir na reflexão e discussão, pelos professores, na construção de saberes referente a sua realidade local. Dessa forma, de posse de novos saberes, aplicou-se os cordéis em sala de aula como uma ferramenta efetiva, interativa e eficiente correlacionado ao projeto pedagógico da CEEJA.

PALAVRAS-CHAVE: CEEJA, Educação, Extensão.

THE CONSTRUCTION OF PEDAGOGICAL STRINGS: AN EXTENSION PRACTICE IN EVIDENCE FOR EECJA TEACHERS THROUGH PICP

ABSTRACT: The article deals with the construction of pedagogical cordels: an extension practice in evidence for CEEJA teachers implemented by the Program of Initiation and Political Training of Educators of the Public Schools of the Municipality of Marabá-PA (PICP/ PIBEX / Unifesspa) at the State Center for Youth

Education and Adults - CEEJA in line with the Pedagogical Project of the Social Sciences Course (2016), the Center for Research and Studies in Public Policies and Education for Youths and Adults (NUPEEXPOPEJA / 2017) and the Study Group for the Electoral Systems of the South and Southeast of Pará-GESESULDESPA (2008). The proposal sought to analyze institutionalized policies in the country during the implementation and consolidation of the EJA Teaching modality in the country, as well as to articulate other themes, not least in the Brazilian scenario, which somehow influenced public educational policies: Elections, parties, women in politics and other subjects related to education. To this end, initially, we used bibliographic sources to reflect on the policy of emergence and consolidation of the teaching modality (EJA) in Brazil, State of Pará and, particularly, Marabá-PA through studies on the policy of Education, Laws, Resolutions and Opinions. In parallel to this, we held mini-courses with workshops seeking to improve teaching practice in the teaching and learning process. One of the practical extension actions developed with the subjects involved in a given reality, in this case, the teachers of the EJA modality and their respective disciplines. Thus, aiming to contribute to reflection and discussion, by teachers, in the construction of knowledge regarding their local reality. Thus, in possession of new knowledge, cordels were applied in the classroom as an effective, interactive and efficient tool correlated to the educational project of CEEJA.

KEYWORDS: CEEJA, Education, Extension.

1 | INTRODUÇÃO

O Programa de Iniciação e Capacitação Política de Educadores das Escolas Públicas do Município de Marabá-PA (PICP/PIBEX/Unifesspa) é um Programa Extensionista em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (2016), o Grupo de Pesquisa dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará – GESESULDESPA (2008/UFGPA) e o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas e Educação de jovens e Adultos (NUPEEXPOPEJA/2017). A proposta perpassa por ações práticas e constantes de extensão no interior das escolas públicas de Marabá-PA aproximando a Universidade parceira, Unifesspa, ao ambiente educativo e, conseqüentemente, ao processo de ensino e aprendizagem.

O programa tem sua criação, ainda na Universidade Federal do Pará (UFGPA/2008), na participação de duas bolsistas materializando a construção de saberes que contribuíram para a relação entre academia e os grupos sociais organizados culminando com alguns eventos e cursos como: o curso de Atualização Política com temas propostos sobre o Estado Democrático; Partido Político e Sistema Eleitoral (11/12/13/06/2008); participação na 11ª Jornada de extensão da Universidade Federal do Pará: “Tecnologias Sociais e Inclusão, caminhos para a extensão universitária” em Belém-PA organizado pela PROEX/UFGPA (11/12/13/11/2008) e participação nos dias 09 e 10 de dezembro de 2008 no 7º Seminário de Extensão Universitária no Campus I e II da UFGPA em Marabá-PA com o título: Extensão Universitária e diversidade no sul e sudeste paraense: Vivências e Trajetórias.

No percurso histórico realizamos, através do “Programa”, o 2º Curso de Atualização

em Rondon do Pará no mês de agosto/2008; o debate entre os candidatos à prefeitura de Marabá no mês de Setembro/2008 e a discussão sobre a divisão do Estado do Pará nas cidades de Rondon do Pará e Parauapebas (2008). Também desenvolvemos atividades através do “Programa de Iniciação e Capacitação Política-PICP” com diversas parcerias como: Prefeituras, Instituições Escolares e Associações de Bairros. O objetivo comum foi o de aplicar e difundir saberes que versam sobre a Visão/Missão da Universidade, principalmente em se tratando da “indissociabilidade” entre ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento da relação teoria e prática, assim, atendendo as demandas específicas dos alunos do ensino Médio e Fundamental visando garantir a produção, aplicação e difusão do conhecimento das Ciências Sociais em consonância ao Projeto Pedagógico do Curso – PP de Ciências Sociais e numa perspectiva crítica sobre o processo político e socioeconômico local.

A E. E. “Pequeno Príncipe” (Nova Marabá) foi a primeira escola a atuarmos, assim como em Associações de bairros localizadas na cidade de Marabá-PA no ano de 2008. No ano de 2014 a 2016, atuamos em parceria com escolas públicas deste município: E.E.E. F.M. Educação de Jovens e Adultos “Tereza Donato de Araújo” e E.E.E. Médio “Acy Barros” (cidade Nova), nesse período, buscamos discutir com estudantes de escolas públicas de Marabá (fundamental e Médio) e do curso de Ciências Sociais, o cenário político partidário e eleitoral na região, contribuindo com a formação política e cidadã. Sempre na busca da produção de um conhecimento voltado não somente para a comunidade acadêmica, mas também para a comunidade marabaense em geral.

Assim, no intuito de potencializar o alcance a outras comunidades, organizamos e realizamos, cursos de atualização sobre as temáticas, partidos, eleições, democracia, nos dias 25 a 26 de novembro de 2014 e 25 a 27 de Maio de 2015, assim como nos dias 21 a 22 de março de 2016, organizamos um curso de aperfeiçoamento sobre o assunto. Demos continuidade a outros cursos de atualização no final de Maio/2016 contemplando, tanto professores da rede pública (parceiros) como bolsistas e alunos das escolas parcerias e da Unifesspa e comunidades de bairros.

Dando prosseguimento as atividades, desenvolvemos atividades de extensão no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA em parceria Unifesspa (2017-2019) e E. E. Acy Barros. Em novembro de 2017 realizamos uma palestra no Salão Principal do Hotel Beira-Rio (Belém/PA) sobre “A Introdução Histórica da Mulher na Política” com a presença de representantes políticos, professores da Universidade Federal do Pará-UFPA e comunidade em geral. A discussão sobre o papel da mulher na política brasileira, sua participação, eleições, partidos com exposição do histórico da mulher na política paraense.

No ano de 2018 foram desenvolvidos encontros periódicos com professores e bolsistas na organização do Curso de Formação de Professores da Escola CEEJA no Auditório da Câmara Municipal de Marabá-PA no período de 23 a 26/01/2018 utilizando os espaços do Complexo da escola Arthur Guerra - CEEJA para atividades de discussão

e produção dos cordéis, assim como, a socialização dos trabalhos. Outro tema discutido no mês de junho (19.06 a 20.06) do mesmo ano foi a “Globalização e aspectos Políticos” num contexto interdisciplinar no intuito de relacionar os desenhos curriculares nas diversas áreas de saberes com a nova proposta para o Ensino Médio brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A participação efetiva do Programa de Iniciação e Capacitação Política (PICP) no dia mês de agosto de 2018 nos dias 02.08 e 03.08 na discussão sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular na escola CEEJA com presença da Secretária de Educação (Belém-PA), a Diretora (CEEJA), A coordenação do programa e bolsistas, além de representantes do Centro de Internação Masculino de Marabá (CIAM) e o Centro Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes (CRAMA) e demais interessados. Uma das pautas mais discutidas foi o BNCC/Ensino Médio através de uma palestra sobre a a escolarização nas medidas socioeducativas envolvendo a rotina da unidade CIAM e Legislação ECA/ SINASE.

Tais ações práticas extensionistas (mencionadas acima) nos proporcionou uma relação de cumplicidade e nos “forçou”, positivamente a desenvolver trabalhos em parceria trazendo novos saberes através de: mini-cursos, palestras e encontros possibilitando que professores e alunos desenvolvessem suas produções e exercessem sua cidadania. Para tanto, sabemos que essa modalidade de ensino (EJA) vem se consolidando, ao longo de décadas, mais ainda precisa ser evidenciada em sua especificidade e particularidade, o que nos faz pensar as ações práticas extensionistas de forma interdisciplinar tendo como parceiro, professores, de diversas áreas de saberes.

O que também nos impulsionou, a primeira vista, discutir, nesse artigo, o surgimento e a consolidação da modalidade de ensino (EJA) no Brasil, Estado do Pará e, particularmente, Marabá-PA, em estudos sobre a política de Educação, Leis, Resoluções e Pareceres com enfoque qualitativo realizando um levantamento bibliográfico sobre autores que já discursaram sobre a temática em questão: livros, artigos acadêmicos, dentre outros.

Para tanto. dividimos o trabalho da seguinte forma: no primeiro realizamos um estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil analisando o percurso histórico das políticas educacionais voltadas para essa modalidade de ensino. Num segundo momento, demos ênfase ao estudo da EJA no Estado do Pará e por fim, no terceiro momento, explanamos a realização do curso de formação para professores na CEEJA na produção e socialização de cordéis como prática extensionista de construção interdisciplinares em diversas áreas de saberes, explicitando os materiais e métodos utilizados, assim como, resultados e discussões e nossas considerações finais.

2 I A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

2.1 O processo histórico e as Leis para Educação

A origem histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) esteve na prática religiosa dos jesuítas no Brasil, a chamada catequese direcionada aos índios, considerados de espírito “pagão” necessitando de serem batizados para adquirirem o direito ao “céu”. O ensino visava o controle das atividades laborais e o poder sobre suas vidas e suas ações promovendo uma aceitação e “domesticação” para fins de controle e ordem. Porém, os Jesuítas foram expulsos do país por ordem do Rei de Portugal (1759) e a Coroa enviou um representante que “quase” ou “nada” conservou o ensino à jovens e adultos, ainda centrado numa metodologia cristã, embora tivesse extinguido o ensino, através da catequese, e promovido uma reforma educacional laica (Reformas Pombalinas na metade do século XVIII). (BITAR e FERREIRA Jr, 1999).

A regência apoiou o ensino ministrado aos filhos dos grandes proprietários e realza, embora boa parte desses alunos teriam que estudar fora do Brasil. Entre o século XV e XVIII havia a “educação pátria” da cultura branca, cristã, para os homens, sendo que para o restante dos indivíduos (índios, mulheres e analfabeto) a educação dispensada apresentava um viés excludente e discriminatório com caráter literário e verbalista (BITAR e FERREIRA Jr, 1999).

Conforme os autores, as escolas primárias eram meros aparelhos de reprodução da ideologia oficial do Estado Monárquico e, em termos gerais de modalidade de ensino, essas, conservaram a essência do currículo anterior e restringiram a Educação somente para meninos (Lei de 15 de outubro de 1827) através do método monitorial mantendo uma massificação da Educação e uma lógica de divisão social do trabalho.

Em meados do século XIX ao XX, as leis direcionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) tinha como principal objetivo o eleitorado brasileiro, sendo que a maior parte da população estava na zona rural e um pequeno grupo de pessoas na cidade trabalhando no setor, ainda primário, industrial (mão-de-obra analfabeta) que concebiam a Educação como um mecanismo de ascensão social inseridos numa economia mantida pelo trabalho escravo e uma elite agrária regionalizada (BITAR e FERREIRA Jr, 1999).

No contexto social da década de 1920 a população brasileira era composta pela oligarquia agrária paulista e mineira, uma classe operária fabril e uma base rural fortemente controlada pelos gestores legais e locais (coronelismo) em que dois terços da população era analfabeta. (LEAL, 1976). Precisamente, no ano de 1925 algumas políticas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) foram pensadas de forma diferenciada através da reforma “João Alves”, contudo, ainda bem incipiente na sua elaboração e execução.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi previsto na Constituição de 1934 e seria responsabilidade da União com o ensino primário integral e gratuito, além de frequência obrigatória extensivo ao ensino de adultos (HADDAD e DI PIERRO, 2000), assim, um

tratamento particular foi dado à educação voltado para o adulto no período. Nesse sentido, Coleti (2001), comenta que as primeiras ações desenvolvidas para a modalidade de ensino para adultos foi na década de 1930, momento em que o processo de industrialização cresceu e a população começou a se deslocar do campo para a cidade ocorrendo a necessidade do ensino elementar para adultos que não haviam frequentado ainda uma escola. A realidade passa a ser percebida de forma mais contundente, durante o “Estado Novo” face aos resultados do Censo Escolar de 1940 indicando a existência de 55% de analfabetos nas idades de 18 anos e mais. Surgem as primeiras obras (livros ou artigos) especificamente dedicadas ao ensino supletivo

Inicia-se a polêmica entre os que acreditavam ser mais razoável solucionar o problema do analfabetismo através da maior ampliação das redes de ensino elementar comum e os que solicitavam medidas de efeitos mais a curto prazo, enfatizando a necessidade de programas especiais para adultos (PAIVA, 1987, pág. 159).

De 1937 a 1945 (Estado Novo) havia uma disputa no campo ideológico por uma escola laica e gratuita e administrada pelo Estado (Liberal) e pela inserção do ensino religioso nas escolas públicas (Igreja). Porém, já se comentava sobre a problemática do ensino de jovens e adultos (EJA) na tentativa de tornar público a realidade dessa modalidade de ensino de fato e direito no país alguns pensadores da questão publicaram o Manifesto dos Pioneiros. Ainda no ano de 1942 foi publicado o Decreto número 4.048 que dispunha sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Fundo de Educação Pública - FNEP, tendo início em 1946, mas com algumas limitações nos gastos na modalidade de ensino e no seu custeio o que possibilitou um aumento no analfabetismo, ainda “gritante” no Brasil.

Nesse mesmo ano (1946) foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) pelo Decreto 8.621 se tornando uma das principais redes de ensino profissionalizante do país (conhecido como o Sistema “S”). Conforme Romanelli (1986, pág. 169) “[...] as escolas de aprendizagem (profissional) acabaram por transforma-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares”. Uma Carta promulgada em 1946, após o período da ditadura, no Artigo 5o, Inciso XV, Letra “d” estabelecia que a União legislaria sobre as “diretrizes e bases da Educação Nacional”. (BRASIL, 2001d. pág. 64).

Em se tratando da modalidade de ensino para jovens, adultos e analfabetos, em 1947 foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA): “[...] orientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adultos e analfabetos...” possibilitando a implantação de “[...] infraestrutura nos estados e municípios por atender à educação de jovens e adultos...” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, pág.110), embora o governo divulgasse uma diminuição nas taxas de analfabetismo no Brasil, se comparado aos países ricos, os resultados eram ínfimos.

Na década de 1950 a discussão sobre a pedagogia do oprimido e a autonomia do sujeito, perante sua realidade sócio-econômica e, principalmente política (FREIRE, 1997), proporcionou uma “nova” visão de Educação de Jovens e Adultos alicerçado no movimento da Educação Popular (método Paulo Freire). Essa visão ampliou a possibilidade de inclusão dos analfabetos, sendo “sufocado” pela golpe militar de 1964. Nessa época foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL (1964-1985), que serviria aos interesses políticos do regime militar e, traria em sua proposta ideológica, “alcançar os chamados marginalizados pelo sistema escolar”.

O MOBRAL/CENTRAL escolheu os objetivos e os conteúdos dos materiais pedagógicos e os professores e os alunos só seguiam as “ordens”, sendo a discussão em aula, apenas, o processo de realização das atividades propostas. O MOBRAL apresentou uma metodologia que tentou copiar algumas das práticas de Paulo Freire, mas na verdade não alcançou nenhum dos objetivos do educador, já que as principais diferenças do autor (FREIRE, 1997) com o movimento era justamente “[...] o posicionamento político, filosófico e pedagógico que não se encontrava na perspectiva do MOBRAL/CENTRAL “. (COLETI, 2001, pág. 05).

Conforme Haddad e Di Pierro (2000) o MOBRAL apresentava algumas características, o chamado “paralelismo” correspondendo aos programas existentes e a dependência nacional de verbas orçamentárias. Na proposta a educação deveria ser descentralizada e os Municípios teriam que executar o programa através do recrutamento de pessoas analfabetos. Essa parceria facilitou a obtenção de salas de aulas, professores e monitores, isso com a ajuda de representantes da comunidade, voluntários e empresários, além do clero.

Por outro lado, existia a “[...] centralização da direção do processo educativo através da Gerência Pedagógica do MOBRAL Central, encarregada da organização, da programação, da execução e da avaliação [...] do treinamento...para todas as fases” (HADDA e DI PIERRO, 2000, pág. 115) e mais o “planejamento e a produção de material didático foram entregues a empresas privadas que reuniram equipes pedagógicas para este fim e produziram um material de caráter nacional” com um agravante, independentemente das diferenças sócio-econômicas, linguísticas, culturais e ambientais de nossas regiões no país.

Os princípios metodológicos dessa proposta estava centrada na funcionalidade e na aceleração, na verdade isso “significava partir da individualidade dos alunos adultos e isso desencadeava a aceleração no processo educativo “[...] e todo processo tinha como objetivo principal alfabetizar o indivíduo para “[...] facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento”(COLETI, 2001 apud JANUZZI, 1987, pág. 04). Diferentemente da proposta de Freire (1997) uma prática crítica do sistema para liberdade de consciência do indivíduo.

Na década de 1970 a visão da Educação de Jovens e Adultos tinha um caráter

mais de evangelização do que de Educação Popular, pois o papel da igreja no contexto político fazia parte de uma composição opositora à ditadura. Nesse sentido, Haddad e Di Pierro (2000), relatam que muitos professores e alunos e representantes de base sofreram medidas de coerção por parte do Estado ditatorial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (5.692 de 11 de agosto de 1971) no capítulo IV regulamentou o Ensino Supletivo. Ainda no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 699 (28 de julho de 1972) e Projeto de Lei (30 de março de 1971) dizia: “suprir a escolarização regular e promover crescente oferta de educação continuada” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, pág. 116) com a proposta de suprir a demanda educativa (parecido com o MOBRAF) e no intuito de vencer o analfabetismo no país.

Aprovada a Constituição Federal em 1988, precisamente no ano de 1989, foi oficializado o Movimento de Educação de Jovens e Adultos (MOVA) no Estado de São Paulo por um governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A oficialização desse movimento também ajudou no avanço da discussão e da negociação de uma Educação para Jovens e Adultos (EJA) e no texto da nova LDB n 9.394 no ano de 1996 (Darcy Ribeiro - Senador) teve a participação de movimentos sociais, organizações e outros da sociedade civil reafirmando o direito aos trabalhadores adultos quanto a uma educação adequada as suas condições de trabalho e “[...] gratuitamente na forma de cursos e exames supletivo”. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, pág. 118).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por diversos momentos históricos em que os objetivos principais estavam atrelados as questões econômicas, sociais e políticas de cada época. Em muitos casos, a modalidade de ensino caracterizou um processo apenas de alfabetização para diminuir o analfabetismo no país, além de ser um instrumento de controle e poder da classe dominante. Porém, a visão de política pública de acesso e continuidade à escolarização básica veio em décadas posteriores.

Somente no ano 2000 o governo elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (CNE) e trouxe em seus apontamentos a palavra “inculto ou vocacionado” e reconheceu a pluralidade e a diversidade cultural e regional no país. Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96, Título V - Capítulo II - Da Educação de Jovens e Adultos - Artigo 37, diz: “A educação de Jovens e Adultos “[...] será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e no primeiro parágrafo colocou a responsabilidade dos sistemas de ensino em assegurar esse direito.

Nesse caso, o professor passou a refletir sobre sua prática e se tornou um investigador clínico, interativo voltado para uma prática reflexiva o que o levou a pensar os problemas que surgiram no dia-a-dia com a necessidade de resolvê-los, pois são diferentes a cada desafio cotidiano, assim, as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula voltaram-se para a ação-reflexão-ação. Nesse processo o professor é um mediador que

necessita do auxílio do aluno na superação das dificuldades, pois possui saberes que serão articulados pelo docente em sua ação prática pedagógica, nesse percurso todos apreendem os conteúdos e

A prática não é apenas a posse de um conjunto de conhecimentos profissionais que são explicitados em situações inesperadas, mas um sistema de valores que possui significados e limites que se relacionam com o contexto social em que o docente está inserido (JARDILINO e ARAÚJO, 2014, pág. 147 e 148).

Quanto ao alunado, em geral, já se encontravam no mercado de trabalho, assim não pensavam somente na certificação para manter sua situação profissional em seu emprego, mas almejavam um nível médio, uma universidade com vistas a ascender socialmente e profissionalmente (JARDILINO e ARAÚJO, 2014). Porém, muitos problemas nesse modalidade de ensino, ainda, estão longe de ser não superados e exigem ser analisados com mais profundidade.

2.2 A implantação da EJA no Pará

No contexto histórico a Educação à Distância (EAD), no Estado do Pará, foi considerada a “precursora” da EJA e suas atividades foram iniciadas no ano de 1981 com a criação do Centro de Estudos Supletivos - CES “Prof. Luiz Otávio Pereira”, depois criados os Núcleos Avançados de Estudos Supletivos (NAES) e Unidades de Estudos Supletivos (UES) e na mesorregião do sudeste paraense um Centro Educacional municipalizado na cidade de Marabá-PA (SEDUC/SEMED, 2010). Porém, esse tipo de modalidade de ensino estava no país, desde 1925, com a finalidade de expandir a oferta de ensino em todos os níveis

de alfabetização do Movimento de Educação de Base (MEB) criado com a implantação de escolas radiofônicas, com objetivo de alfabetizar jovens e adultos nas diversas regiões do país, principalmente no Norte e Nordeste. Da fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências(FUNBEC) que promovia cursos de aperfeiçoamento para professores de ciências, estimulando o uso de material. De Telecurso do 2o Grau criado em 1978 pela Fundação Roberto Marinho e realizado em parceria com a TV Cultura. O Programa voltado para as pessoas com mais de 21 anos que pretendiam fazer os exames supletivos oficiais para obter a certificação de conclusão do 2o Grau. Em 1981, a Fundação Roberto Marinho em parceria com o Ministério da Educação(MEC) e a Universidade de Brasília (UNB), lançou o Telecurso 2o Grau que abrangia da 5a a 8a série do Ensino Fundamental. Desde 1988 passou a se chamar Telecurso 2000 contando com a parceria do MEC para o Projeto Teles salas 2000, desenvolvido com o recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (SEDUC/SEMED, 2010, pág.02)

Contudo, a base legal da EAD está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), precisamente em seu artigo 80 que diz: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis

e modalidades de ensino e de educação continuada” (SEDUC/SEMED, 2010, pág. 03). Quanto a EJA, na V sessão e artigo 37, a Lei preconizou: “[...] a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria...”, assim

[...] os sistemas de ensino asseguram aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, concessões de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (LDB 9.394/96 artigo 38)

Portanto, se destinou as pessoas que não tiveram acesso ao ensino na idade própria e sendo um direito universal do ser humano em educar-se. Ainda no Plano Nacional de Educação (1997) os objetivos e as prioridades da EJA se propõe a estender a educação para todos (V Conferência Mundial sobre Educação para Todos), ou seja, de

garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. (BRASIL, 1997, pág 02. introdução: objetivos e prioridades dois)

Assim, com a proposta de valorizar a inclusão social e a cidadania de fato (princípios - direito social), teve como objetivo primordial poder “[...] proporcionar o acesso dos trabalhadores ao saber sistematizado, articulado ao compromisso da formação de novos homens e mulheres para construção de uma nova sociedade” a visão de homem um ser histórico. (DIAS e OLIVEIRA (2012) apud BELÉM, 1999b, pág. 07). Nessa perspectiva, o Trabalho pedagógico perpassou pela

construção do conhecimento de forma interdisciplinar, a partir da relação entre os sujeitos do conhecimento e o objeto a ser conhecido. O ensino-aprendizagem tendo como referência primeira os conhecimentos que os educandos trazem consigo. O saber sistematizado compreendido como instrumento facilitador da leitura de mundo dos sujeitos do processo educativo. O educando é compreendido como sujeito da história. O currículo baseado na concepção de totalidades do conhecimento (DIAS e OLIVEIRA (2012) apud BELÉM, 2003, pág. 85)

Dessa forma, a relação entre educando e educador passou a ser pautada numa abordagem dialógica de respeito aos saberes sistematizados o que possibilitou um currículo que levou a possibilidade de uma criação da “consciência crítica”. Além de propiciar um ensino significativo que passou a respeitar a cultura do alunado e buscar a contribuição de

outras áreas do saber na obtenção de conhecimentos do ser humano em si, do outro e do mundo que o rodeia. Nessa perspectiva, através do Programa de Iniciação e Capacitação política (PICP) passamos a desenvolver mini-cursos com atividades extensionistas que previam a construção de cordéis produzidos de forma interdisciplinar (várias áreas do conhecimento) para uso efetivo em sala de aula com objetivo de potencializar diversos saberes e aprimorar as competências e habilidades de todos envolvidos no processo.

3 I VIVÊNCIAS E SABERES NA CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS NUM PROJETO DE EXTENSÃO NA CEEJA

3.1 Materiais e métodos

Nesse contexto, houve a necessidade de aperfeiçoar e capacitar pesquisadores bolsistas, professores e colaboradores e demais profissionais afins, ao longo de 01 (um) ano criando um cronograma para realização dessas atividades e por fim, apresentando relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas durante o período e na medida do possível ampliando o vínculo com pesquisadores de outras universidades, potencializando e sistematizando as ações do Grupo de pesquisa (CNPQ) e extensão (Grupo de Estudos dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará - GESESUDESPA) e o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas e educação de jovens e Adultos (NUPEEXPOPEJA/2017).

A preparação dos materiais a serem utilizados em sala de aula pelos professores na confecção dos cordéis (Data Show, computador, quadro branco, pincel de quadro branco, sala de aula e outros recursos), slides e material didático para compor as discussões no mini-curso no período de 23 a 26/01/2018.

O percurso metodológico exigiu dos participantes reuniões bimestrais entre professores, bolsistas e voluntários no intuito de organizar e executar as atividades; levantar e organizar um acervo bibliográfico e documental com vistas a facilitar, tanto os estudos de interessados na área de atuação como nas demais áreas afins e colocar os sujeitos próximo dessas discussões, gerando endereços eletrônicos para divulgar os trabalhos realizados nos cursos e palestras.

No dia do mini-curso, depois da palestra sobre a confecção de cordéis, houve a divisão de professores por área; elaboração de tópicos dos cordéis, correspondente a cada disciplina da CEEJA (Português, Matemática, geografia, História, Biologia, Ciências, Inglês, dentre outras) produção em grupo e finalização com a socialização de cada trabalho.

3.2 Resultados e discussão

Na construção de cordéis voltados as diversas áreas de saberes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no mini-curso no período de 23 a 26/01/2018, realizamos discussões sobre as ações práticas extensionistas voltadas para aplicação em sala de aula. Escolhemos a literatura de cordel como recurso facilitador na formação de professores, em

suas respectivas disciplinas, em sua prática docente. No evento tivemos a presença de professores de Marabá(PA) e de escolas circunvizinhas do município, aproximadamente, 120 (cento e vinte) pessoas nas diversas áreas do saber; além da presença de diretores e pessoal de apoio. Contamos também com os dois bolsistas do Programa e a coordenação. As palestras foram ministradas focando na temática da literatura do cordel e sua importância no processo de ensino e aprendizagem.

Iniciamos as atividades na Câmara Municipal do Município de Marabá e depois estendemos a Escola Arthur Guerra, complexo da CEEJA. Primeiramente, explanamos o conteúdo do trabalho e logo em seguida, um convidado, cordelista, da academia de cordel da região e ex aluno da EJA, explicou o significado do Cordel e de sua importância como material de trabalho em sala de aula, instruindo a todos participantes como confeccionar “Cordéis” .

As atividades foram reiniciadas no complexo da CEEJA, escola Arthur Guerra, separados por salas e por áreas de saberes, momento de discussão e preparação dos cordéis, cada professores elaborava suas discussões e outros iam montando as páginas dos cordéis, ora em papéis, ora em quadros. No final, o trabalho pronto, discutia-se de novo a capa o encerramento, a forma de apresentação.



Fotos 1 - Mini-curso:Construções de Cordéis por área do saber (2018).

Fonte: Arquivos autores (23 a 26 de janeiro de 2018).

Os cordéis, por disciplinas e áreas foram trabalhados em sala de aula, exposto em SARAU da CEEJA divulgando o trabalho dos professores para comunidade escolar, assim com, foi colocado no planejamento dos professores, como instrumento de recurso pedagógico, no decorrer do semestre de 2018. Vale ressaltar que no encerramento do evento foram liberados, após autorização, os Folhetos contendo os Cordéis, para divulgação na revista da Universidade, assim como a presença de alunos de turmas das Ciências Sociais nos mini-cursos do Programa de Iniciação e capacitação política objetivando com isso a possibilidade de troca de saberes e de potencializar os mesmos entre os participantes em geral.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente atividade foi realizada no período de de 23 a 26/01/2018 através do Programa de Iniciação e Capacitação Política de Educadores das Escolas Públicas do Município de Marabá-PA (PICP/PIBEX/Unifesspa) e parceria com o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (2016), o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas e educação de jovens e Adultos (NUPEEXPOPEJA/2017) e o Grupo de Estudos dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará-GESESULDESPA (2008).

A construção e socialização dos cordéis como forma de elaborar materiais para ministrar os conteúdos nas disciplinas interligando as diversas áreas do saber, além de ampliar esses conhecimentos as comunidade de modo geral foi alcançada no período do Programa. Também tivemos a parceria com a Universidade Federal localizada na região e outras instituições, garantindo, assim, atividades participativas e socializantes no que diz respeito a potencialização dos saberes dos participantes dos mini- cursos realizados nos períodos já citados.

Ao mesmo tempo conseguimos articular pesquisa e extensão através dos mini-cursos ministrados, possibilitando, assim, a compreensão da realidade política nacional, regional e local e na medida do possível a interação, universidade e sociedade, nas suas diversas relações em prol de uma formação profissional cidadã.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político-Pedagógico**: orientações para a organização do Planejamento Escolar 2003. Belém: SEMEC, 2003.

_____, Secretaria Municipal de Educação. **Escola Cabana**: construindo uma educação democrática e popular. Caderno de Educação no 1. Belém: SEMEC, 1999a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação para Jovens e Adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º seguimento. Brasília: MEC, 2001d.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília (Gov.), 1988 (2009).

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. **Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC/SEB/DISEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2017

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amárico. **Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 196, set./dez.1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HADDAD, Sérgio, e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Ago, 2000 n 04.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

JARDILINO, José Rubens Lima, ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e prática**. 1a edição. São Paulo: Cortez, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1987.

Endereços Eletrônicos

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20/ janeiro/ 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem qualitativa 38, 43, 174, 235, 236, 237

AEE 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Afetos 69, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 208

Alcântara 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Alfabetização científica 166, 167, 168

Ambiente de aprendizagem virtual 184

Aprendizagem 1, 2, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 27, 31, 33, 56, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 76, 77, 81, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 167, 170, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 209, 210, 212, 214, 217, 219, 223, 239, 240, 241, 245, 246, 247

Aprendizagem matemática 132, 138

Atitude científica 166, 167, 168, 169, 170

Autogestão 64, 65, 66, 67, 70, 74

C

Capital cultural 209, 214, 221

CECITEC 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

CEEJA 76, 77, 78, 79, 86, 87, 88

Cidadania 41, 65, 79, 85, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 174, 195, 243

Cinema 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Coronavírus 1, 2, 5, 10

Covid-19 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 64, 70, 72, 135

Cultura 6, 7, 10, 15, 27, 42, 48, 53, 54, 69, 74, 80, 84, 85, 101, 104, 105, 112, 115, 116, 118, 119, 128, 139, 145, 149, 150, 151, 152, 157, 163, 168, 171, 177, 178, 185, 206, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 241, 242, 251, 253

D

Desenvolvimento regional 38, 42, 47, 164

Docente 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 47, 49, 51, 52, 58, 60, 61, 76, 84, 87, 98, 101, 109, 111, 118, 130, 136, 140, 142, 170, 176, 181, 183, 195, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 241, 253

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 162, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 198, 199, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 235, 238, 242, 243, 247, 251, 252, 253

Educação em tempo integral 102, 172, 173, 182, 183

Educação especial 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 124, 130

Educação integral 89, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183

Educação matemática 54, 132, 138, 247, 253

Educação online 184, 185

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 62, 66, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 185, 188, 189, 190, 193, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 239, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 253

Ensino de ciências 84, 167

Ensino remoto emergencial 1, 3, 4, 10

Ensino técnico 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52

Entrevistas 38, 44, 45, 154, 155, 235, 237, 238, 240

Escolas Waldorf 66, 73

Espaço compósito 193, 195, 203

Espinosa 23, 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208

Extensão 5, 76, 77, 78, 86, 88, 155, 158, 160, 165, 201, 202

F

Facilitador metodológico 132

Formação de professores 56, 61, 63, 78, 86, 105, 109, 111, 118, 123, 142, 150, 244, 246, 251, 252, 253

G

Games 90, 91, 92, 97, 99, 100, 101, 218

Governança 64, 65, 66, 71, 177

I

Inclusão escolar 57, 63, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130

Infância negra e quilombola 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Instrumentos lúdicos 132

Interação 5, 12, 16, 17, 28, 42, 88, 97, 99, 104, 115, 122, 127, 138, 150, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 216, 219, 226, 248

Interiorização universitária 154, 156, 161

L

LDB 9.394/96 85, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

Legislação educacional 24, 35, 36, 151

M

Mercado 18, 27, 35, 39, 42, 48, 84, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 123, 177, 187, 214

Metodologia 3, 53, 54, 58, 63, 68, 80, 82, 90, 130, 135, 136, 140, 141, 167, 189, 209, 216, 235, 236, 239, 240

Metodologia científica 53, 235

Mobilidade acadêmica internacional 38, 40, 48, 51, 52

Mudança 5, 19, 31, 42, 72, 95, 111, 114, 118, 128, 175, 184, 191, 224, 241

Multicultural interaction 225, 227, 229, 230, 231, 232

Musical education 225, 227, 228

N

Nietzsche 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208

Nível de desenvolvimento atual 121, 129

O

Oficinas 70, 76, 235, 237, 239, 240, 241, 242

P

Pandemias 1, 3

PIBID 193, 194, 195, 204, 205, 206, 253

Políticas curriculares 103, 104, 113, 115, 116, 119

Políticas educacionais 6, 24, 25, 34, 35, 36, 38, 79, 109, 116, 119, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 172, 174, 180, 183, 209

Políticas públicas 9, 38, 76, 77, 86, 88, 103, 112, 113, 118, 119, 123, 153, 173, 175, 182, 210, 212, 251

Prática pedagógica 10, 68, 84, 103, 115, 137, 139, 140, 214

Processo dialético 184, 186, 189

Programa Mais Educação 172, 173, 174, 181, 182, 183

Programa Novo Mais Educação 172, 174, 178, 181, 182

R

Recursos didáticos 90, 91, 109, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Reformas 20, 35, 80, 103, 104, 113, 114, 115, 116, 118

Relacionamentos interpessoais 184, 188

Ressignificação de conceitos 244, 246

S

Song 225, 227, 228, 229, 230, 231

T

Teletrabalho 1, 2, 3, 4, 9, 10

U

UECE 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165

V

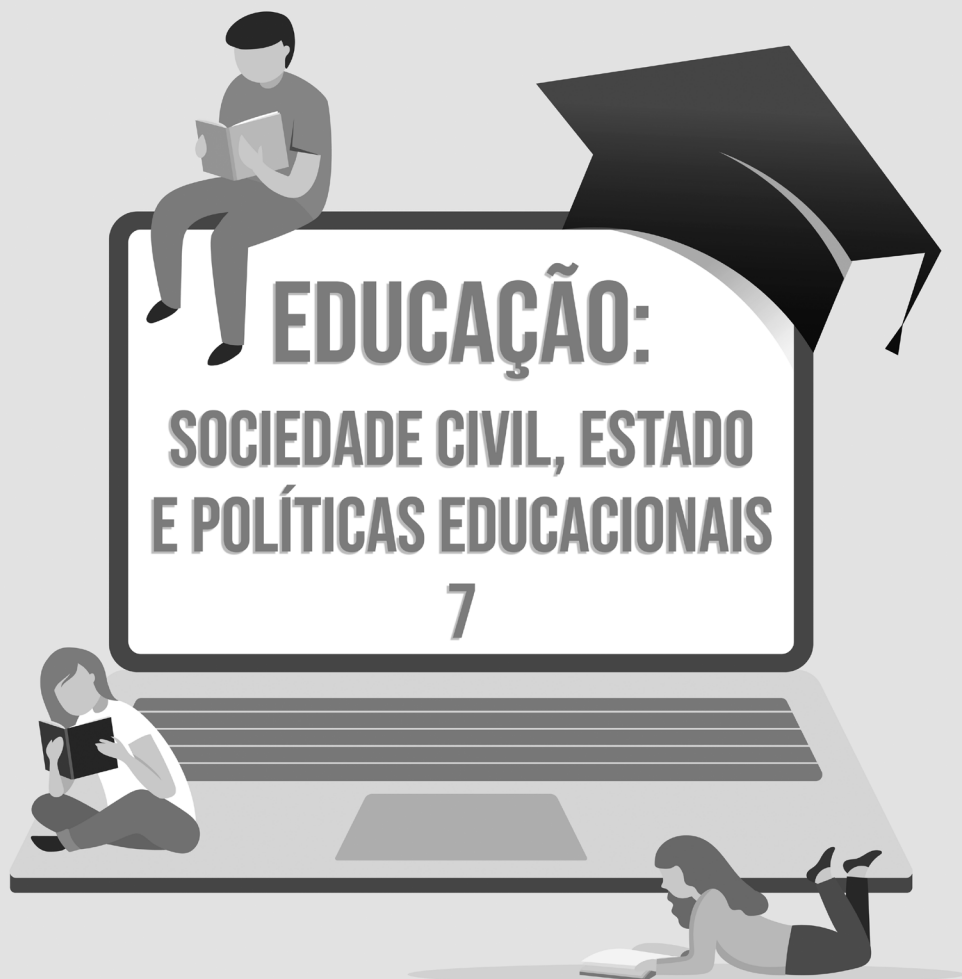
Valorização docente 24, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37

Values and emotions 225

Vínculos 64, 65, 69, 70, 71, 74, 189, 191

Z

Zona de desenvolvimento iminente 121, 122, 127, 129



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021